



SIQUIRJ INFORMA

Nº 167

Set/2015

Isaac Plachta participa de abertura do CNI Sustentabilidade 2015

Medidas anunciadas pelo governo para indústria química agravam ainda mais o cenário adverso do setor

O pacote de ajustes anunciado pelos ministros da Fazenda, Joaquim Levy, e do Planejamento, Orçamento e Gestão, Nelson Barbosa, atinge em cheio a competitividade da indústria química brasileira e pode até mesmo levar ao fechamento de mais plantas produtivas. Não custa lembrar que no período de 1990 a 2012, conforme levantamento feito pela Abiquim, foram fechadas 1.710 unidades industriais, e consequentemente 447 produtos deixaram de ser fabricados no País.

Embora a sociedade brasileira tenha consciência da necessidade de ações em prol da redução do déficit das contas públicas, o que todos esperavam era uma decisiva ação para redução dos gastos públicos e não o aumento de custos para as empresas ou de receitas de governo. Além disso, medidas desse impacto precisam previamente ser discutidas com todos os setores da economia para viabilizar a sua implementação, e não foi o que ocorreu, onde nem outros ministérios foram convidados a participar da decisão.

O incentivo à indústria química foi definido após amplo debate no Conselho de Competitividade do Plano Brasil Maior envolvendo diversos ministérios, BNDES, associações do setor, empresas e sindicatos dos trabalhadores, além de intenso debate no Congresso Nacional por ocasião da aprovação da Medida Provisória 613.

Não se pode descartar o efeito inflacionário dessas medidas, especialmente a da extinção do benefício de PIS/Cofins, uma vez que os produtos químicos estão presentes na base de 90% das cadeias industriais, com forte penetração na economia e efeito multiplicador expressivo.

E as medidas não poderiam vir em pior momento: de janeiro a julho de 2015, sobre igual período do ano anterior, o índice de vendas internas apresentou retração de 3,70%. No mesmo período de comparação, o consumo aparente nacional também teve declínio, em relação a igual período do ano passado, com resultado negativo de 4,1%.

Programas como o Reintegra e o REIQ puderam aliviar a forte pressão de custos sobre as empresas instaladas no Brasil, bem como deram um fôlego, especialmente no tocante à concorrência com os importados, na tentativa de recuperar a competitividade.

A pretendida redução em 50% do Regime Especial da Indústria Química (REIQ) já em 2016 vem em um momento extremamente difícil, de redução das vendas no mercado interno, encolhimento da demanda e alta ociosidade, que acabará significando elevação nos custos de produção.

Vale ressaltar que o custo de produção de produtos químicos e petroquímicos norte-americanos, por causa do shale gas, chega a ser 55% menor hoje. A extinção do benefício em 2017, coincidirá com a ampliação da produção de shale gas dos EUA, – colocando mais pressão sobre o setor químico brasileiro.

Essa situação crítica não tem possibilitado a realização de investimentos, que poderiam ajudar a conter o elevado déficit na balança comercial de produtos químicos, hoje em cerca de US\$ 30 bilhões.

Embora cortes sejam necessários, é preciso que eles sejam pensados estrategicamente, pois onerar ainda mais a indústria nacional, pode causar impactos irreversíveis na economia brasileira.

O país está passando por uma crise de desindustrialização. Se não houver uma revitalização da indústria, vamos nos tornar exportadores apenas de commodities minerais e agrícolas, sem agregarmos valor à nossa vasta riqueza de matérias-primas e nenhum país pode ter desenvolvimento sustentável assim. São em momentos de crise como o que estamos vivenciando que se faz mais do que necessário alavancar a competitividade para trazer de volta o crescimento da economia.

É absolutamente imprescindível que todo o setor continue unido lutando junto ao Executivo e ao Legislativo pela manutenção das medidas tão duramente conquistadas pela indústria química. Afinal, não existe país desenvolvido sem uma indústria química forte.

Editorial

O Governo parou

O SIQUIRJ, no editorial de abril deste ano, comentava a situação econômica - “o corredor está cada vez mais estreito, as alternativas são cortar gastos do governo e/ou ampliar a carga fiscal... qual o real apoio político do Ministro Levy?”, o texto também alertava sobre o intervencionismo “...o investidor se retrai e enfraquece um dos fundamentos para a retomada do crescimento econômico: a ampliação da oferta interna que gera novos empregos”.

Passados cinco meses, as mesmas considerações são pertinentes.

O apoio ao Ministro Levy parece mais sólido, entretanto alguns pontos cruciais como: adequar os gastos obrigatórios para impedir o crescimento do déficit fiscal; sustar o aumento automático do salário mínimo e seu impacto no déficit da Previdência Social; simplificar as regras tributária e trabalhista, dentre outros deveriam ser parte do ajuste. Por que não tocar a unificação do ICMS e o PIS/Cofins, para simplificar a gestão, promovendo ganhos de competitividade para nossas empresas? A falta de governabilidade ocupa as atenções do Congresso, que relega ao segundo plano as questões econômicas.

Aumentar impostos é buscar receitas para um governo paralizado. A nova CPMF incide sucessivamente sobre todas as funções das empresas: pessoal, produção, comercialização e compra de bens e serviços. O impacto no custo total é maior do que o valor da alíquota.

Ninguém disse que seria fácil; passaram seis meses e estamos discutindo os mesmos assuntos. Qual a saída para o crescimento econômico? Até quando a indústria de transformação (indústria química) será fragilizada?

CNI Sustentabilidade 2015

No dia 3 de setembro último, realizou-se o 4º Encontro CNI Sustentabilidade cujo tema foi Mudanças Climáticas: desenvolvimento em uma economia global de baixo carbono. O principal motivo para a escolha do tema é o Novo Acordo Climático que será o objetivo da 21ª Sessão da Conferência das Partes em Mudanças Climáticas (COP-Clima), a ser realizada em dezembro, em Paris.

Participou da solenidade de abertura do evento, realizado no Hotel Sofitel no Rio de Janeiro, o presidente do SIQUIRJ, Isaac Plachta.

Esta edição do encontro promoveu um amplo diálogo sobre os desafios que a indústria deve enfrentar na busca de um modelo de desenvolvimento atento às mudanças climáticas e à construção de estratégias de negócios que garantam competitividade.

Em três painéis foram debatidos temas como adaptação aos efeitos da mudança do clima; economia e modelo de desenvolvimento; negociações internacionais e o acordo climático Pós-2015, e inovação e ambiente de negócios de baixo carbono.



FIRJAN lança abaixo-assinado em favor do Sistema S

A Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) divulgou nota na qual se "manifesta de forma veemente contra a apropriação pelo governo de um terço das contribuições do setor privado ao Sistema S, proposto dentro do pacote econômico anunciado na segunda-feira". No texto, a instituição diz que a medida provisória prevista pelo governo é inconstitucional.

"As contribuições recolhidas da folha de pagamento das indústrias para Sesi e Senai estão garantidas pelo artigo 240 da Constituição Federal, que veda o desvio desses recursos para financiar a Previdência Social. Essa contribuição, como reza o artigo 6º. da Constituição, é essencial à realização dos direitos sociais do trabalhador", diz a nota. "Os argumentos são suficientes para se contestar judicialmente a MP", acrescenta o texto.

Segundo cálculos da Firjan, no Estado do Rio de Janeiro, essa medida, somada às alterações da Lei do Bem, também incluídas no pacote, inviabilizaria o atendimento a 200 mil alunos do Sesi e Senai.

Em conformidade com a postura tomada, o Sistema FIRJAN lançou um abaixo-assinado contra as medidas econômicas anunciadas pelo governo federal em 14 de setembro.

É importante lembrar que o orçamento do Sistema S é gerado pelas contribuições do próprio setor privado, revertidas exclusivamente para o trabalhador e a comunidade em geral, não derivando de recursos governamentais.

Participe da ação em defesa do Sesi e do Senai. Assine o abaixo-assinado.

Saiba mais: <http://www.firjan.com.br/o-sistema-firjan/sistema-s/entenda/default.htm>.

**FAÇA PARTE
DA AÇÃO EM DEFESA
DO SESI E DO SENAI.**

Palestra: PPE, NR 12 e Terceirização

A Comissão de Política Social e Trabalhista do SIQUIRJ, coordenada por Humberto Carlos Turlão, realizou no sindicato, em 3 de setembro, palestra abordando os três temas mais importantes da área trabalhista no momento: Programa de Proteção ao Emprego - PPE; Norma Regulamentadora nº12 e Terceirização, que teve como palestrante o Dr. Pablo Rolim Carneiro, do Setor de Relações do Trabalho da CNI, representando a Dra. Sylvia Lorena de Sousa, gerente da referida unidade.

Sobre o PPE, o palestrante destacou seus objetivos, demonstrando todos os passos para que uma empresa possa se enquadrar no programa.

Quanto à Terceirização, Pablo Rolim Carneiro teceu comentários sobre o histórico da tramitação do projeto em questão, enaltecendo os principais pontos do texto aprovado e os possíveis ajustes no Senado do PLC 30/2015.

No que concerne à NR-12, o palestrante comentou as principais alterações da Portaria nº 857.

Após o palestrante finalizar sua apresentação, os presentes puderam fazer perguntas e esclarecer dúvidas existentes sobre os três temas.



Curso: Processo de Atendimento a Legislação de Segurança, Saúde e Higiene do Trabalho

O SIQUIRJ recebeu, em 24 de setembro último, o senhor Clayton Schultz que ministrou curso de Processo de Atendimento a Legislação de Segurança, Saúde e Higiene do Trabalho elaborado pela ABIQUIM, com carga horária de 8 horas.

Este curso faz parte do Programa Atuação Responsável da ABIQUIM, que desde 2014, vem oferecendo formações para os associados do SIQUIRJ.

O próximo curso do programa ainda não tem data, mas será anunciado quando for estabelecida, cujo tema é: Análise de Riscos de Processos Industriais, sua inscrição poderá ser realizada no site da ABIQUIM.

Lembramos aos associados do SIQUIRJ que basta preencher positivamente o campo Associado da inscrição para que seja isento de taxa.



SIQUIRJ

Sindicato da Indústria de Produtos Químicos para Fins Industriais do Estado do Rio de Janeiro

Filiado à FIRJAN

Av. Calógeras, nº 15 - 12º andar
Centro - Rio de Janeiro - RJ
CEP 20030-070
Tel.: (21) 2220-8424
e-mail: siquirj@siquirj.com.br
home page: www.siquirj.com.br

Diretoria Plena - Triênio 2013/2016

Isaac Plachta - Presidente

Antonio Berge Kessedjian
Antonio Emilio Meireles
Carlos Mariani Bittencourt
Carlos Oliveira Cruz
Carlos Roberto da Silva
Celso da Silva Bueno
Ciro Alves
Edson Kleiber de Castilho
Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira
Flavio Costa Abreu
Gilson Luiz Maurity Santos
Lenilson Marcelo Bezerra
Lincoln Rosa
Manoel Moysés Zauberman
Marjorie Arias
Nélio Augusto Manhães Rodrigues
Nicolau Pires Lages
Paul Antoine Maron Gédéon
Roberto Pinho Dias Garcia
Ronaldo Valle Monteiro
Rubens Muniz

(Relação em Ordem Alfabética)